



FÓRUM TÉCNICO
"SEGURANÇA PÚBLICA:
DROGAS, CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA"

Caderno de Propostas

11, 12 e 13 de agosto de 2010
Belo Horizonte

CADERNO DE PROPOSTAS

Este documento contém as propostas formuladas pelas Comissões Técnicas Interinstitucionais – CTIs –, grupos de trabalho formados por técnicos e especialistas indicados pelas entidades parceiras na organização do Fórum Técnico, e aquelas formuladas nas 20 Audiências Públicas da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizadas nas 18 Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado. O documento tem o objetivo de subsidiar as discussões durante a fase final do evento, a ser realizada em Belo Horizonte, de 11 a 13 de agosto de 2010, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Encontram-se, ao final deste documento, as propostas de âmbito local e regional, que não serão objeto de discussão nesse Fórum Técnico.

GRUPO 1

Crime Organizado, Tráfico de Drogas e os Desafios às Políticas de Segurança Pública

1 – Gestão compartilhada de informações entre as agências de inteligência que compõem o sistema de defesa social – com a inclusão das agências federais (PF, PRF, Abin) para o combate ao tráfico de drogas – por meio de eventos que propiciem a integração e o desenvolvimento de relações, como cursos, seminários, eventos conjuntos, intercâmbio de professores entre as diferentes corporações, permanência de servidores em setores de informações e inteligência por períodos longos, etc.

(Proposta: CTI 1)

2 – Integração, capacitação e valorização de gestores e operadores da área de inteligência para fins de planejamento conjunto, visando combater o tráfico de drogas, por intermédio de grupos de trabalho permanentes nos moldes do Grupo de Intervenção Estratégica – GIE.

(Proposta: CTI 1)

3 – Divulgação, ampliação e financiamento do projeto de Patrulha Rural, para maior atuação na segurança pública na área rural em todo o Estado, com capacitação do efetivo policial envolvido também voltado para o combate ao tráfico de drogas no campo.

(Proposta: CTI 1; AP Uberaba; AP Pouso Alegre; AP Vespasiano)

4 – Desenvolvimento de programa de caráter intersetorial de combate às drogas, envolvendo órgãos e instituições de interesse da segurança pública, bem como diversos segmentos relevantes da sociedade civil organizada, igreja, família, escolas públicas e particulares, faculdades e universidades, conselhos comunitários de segurança pública, entre outros, para uma atuação preventiva, articulada, repressiva e qualificada, que priorize a melhoria da articulação entre os entes federados.

(Proposta: CTI 1; AP Ipatinga; AP Teófilo Otoni; AP Patos de Minas; AP Manhuaçu; AP Curvelo; AP Contagem; AP Divinópolis; AP Belo Horizonte; AP Poços de Caldas).

5 – Qualificação da repressão ao tráfico de drogas de modo a torná-la mais eficaz, potencializando os métodos de inteligência policial no tocante à descapitalização das células criminosas, com prisões cirúrgicas que possam evidenciar as lideranças negativas.

(Proposta: CTI 1; AP Uberaba)

6 – Adoção, como medida dissuasória, de maior rigor na aplicação da pena por parte do sistema de justiça criminal, incrementando o encarceramento de traficantes e seu devido isolamento celular enquanto durar o regime fechado de sua condenação.

(Proposta: CTI 1)

7 – Acompanhamento estratégico das visitas pessoais a traficantes encarcerados, com o registro dessas informações no Infopen e sua disponibilização para as investigações policiais.

(Proposta: CTI 1)

8 – Promoção de ações contundentes de repressão à entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar em estabelecimentos prisionais com a aquisição de aparelhos eficazes, entre eles os de raio-X para pessoas.

(Proposta: CTI 1)

9 – Estabelecimento, pelo Estado, de convênios com empresas, órgãos ou instituições, com vistas a melhorias no levantamento de informações de inteligência e a mais agilidade e eficiência na obtenção de dados cadastrais de investigados.

(Proposta: CTI 1)

10 – Garantia de realização de leilões e da correta destinação dos percentuais devidos pela União aos Estados (os recursos vão para a Funad, que repassa ao MJ) para ações antidrogas.

(Proposta: CTI 1)

11 – Instrumentalização e modernização das forças policiais com equipamentos de última geração, recursos materiais e humanos aprimorados, observada a esfera de competência de cada instituição, para nortear as ações de combate às organizações criminosas.

(Proposta: CTI 1)

12 – Provimento das forças policiais com recursos orçamentários específicos destinados à realização de ações e operações de "caráter reservado" para ações repressivas (verba secreta).

(Proposta: CTI 1)

13 – Atualização eficiente e segura do Sistema Infoseg, a ser disponibilizado em todas as delegacias de Polícia de Minas Gerais, contendo o compartilhamento de informações por todos os Estados.

(Proposta: CTI 1; AP Uberaba)

14 – Busca de parcerias com outros países, visando ao repasse das verbas oriundas de fundos internacionais para serem utilizados pelas polícias estaduais em ações de combate ao tráfico de drogas.

(Proposta: CTI 1)

15 – Gestões, junto ao Congresso Nacional, para a regulamentação do parágrafo 7º do art. 144 da CF, com vistas à necessária definição da competência dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública no País. Da mesma forma, empenho em buscar a aprovação dos projetos de lei que contêm a Organização Básica das Polícias.

(Proposta: CTI 1; AP Curvelo)

16 – Criação de força policial específica para atuação nas fronteiras terrestres do Brasil com outros países, tendo em vista o combate ao tráfico de drogas e outros crimes conexos, com reforço, maior participação e presença das Polícias Federal e Rodoviária Federal, bem como das Forças Armadas nessa área de atuação.

(Proposta: CTI 1)

17 – Resgate da credibilidade do sistema de segurança pública junto à comunidade.

(Proposta: AP Uberaba)

18 – Criação de fundo estadual de segurança pública.

(Proposta: AP Uberaba)

19 – Destinação de recursos do governo federal ao Corpo de Bombeiros.

(Proposta AP Uberlândia)

20 – Repasse do ICMS social ao Município que possui unidade prisional.

(Proposta: AP Betim)

21 – Ampliação dos investimentos do governo federal para a realização da Conferência Nacional sobre Drogas.

(Proposta: AP Patos de Minas)

22 – Concessão de aposentadoria especial às servidoras com 25 anos de efetivo exercício da função pública que tenham desempenhado, pelo menos, 20 anos de serviço estritamente policial.

(Proposta: AP Teófilo Otoni)

23 – Concessão obrigatória, aos policiais civis, do gozo das férias-prêmio quando requeridas, uma vez que são direitos adquiridos e imprescindíveis para o bom desempenho de suas funções, sem prejuízo dos trabalhos da corporação.

(Proposta: AP Teófilo Otoni)

24 – Implantação da rotatividade para os cargos de chefia – chefe de departamento, delegado regional, chefe do setor de trânsito, chefe da Circunscrição Regional de Trânsito – Ciretran – e chefe do Centro de Processamento de Dados – CPD – da Polícia Civil –, com prazo de permanência de dois a quatro anos.

(Proposta: AP Teófilo Otoni)

25 – Pagamento antecipado de diárias de viagem aos policiais civis, como ocorre nas demais Secretarias e na Polícia Militar.

(Proposta: AP Teófilo Otoni)

26 – Criação de um fundo institucional para os policiais civis e militares, visando à implantação de projetos habitacionais, sociais e culturais que os atendam.

(Proposta: AP Pouso Alegre; AP Teófilo Otoni)

27 – Regionalização das promoções e dos critérios de promoção nas carreiras dos policiais civis e militares.

(Proposta: AP Teófilo Otoni)

28 – Exigência de nível superior para ingresso nas carreiras de agente e de escrivão de polícia, visando à modernização e à eficiência dos serviços prestados.

(Proposta: AP Teófilo Otoni)

29 – Concessão de remuneração extra ao servidor que prestar serviço fora de seu local de lotação, bem como ao servidor que acumular funções diversas nas unidades policiais por inexistência de outro servidor atuando naquela circunscrição.

(Proposta: AP Teófilo Otoni)

30 – Criação de banco de horas para os profissionais de segurança pública.

(Proposta: AP Teófilo Otoni)

31 – Instituição de auxílio-periculosidade para os servidores da segurança pública.

(Proposta: AP Uberaba; AP Teófilo Otoni)

32 – Permissão à Guarda Municipal da utilização de armamentos para auxiliar a Polícia Civil e a Polícia Militar no trabalho de segurança pública.

(Proposta: AP Betim)

33 – Implantação de uma delegacia específica com atribuições na área de meio ambiente, promovendo especialização da Polícia Civil nessa área.

(Proposta: AP Uberaba)

34 – Garantia de equipamentos para a instalação de unidades especializadas em crimes cibernéticos.

(Proposta: AP Belo Horizonte)

35 – Ampliação do número de delegacias especializadas em todo o Estado e seu fortalecimento.

(Proposta: AP Belo Horizonte)

36 – Ampliação dos investimentos no policiamento comunitário.

(Proposta: AP Ipatinga; AP Juiz de Fora)

37 – Potencialização do combate ao "crack" e instalação de novos postos policiais nas divisas estaduais.

(Proposta: AP Belo Horizonte)

38 – Implantação do monitoramento de todas as viaturas da Polícia Militar.

(Proposta: AP Uberaba)

39 – Desburocratização do inquérito policial do ponto de vista técnico-jurídico, com a adoção dos princípios da "policiologia" na investigação policial e de medidas que agilizem os registros de ocorrência policial.

(Proposta: AP Ipatinga; AP Uberlândia)

40 – Formulação de leis mais severas e aumento dos gastos com a prevenção para conter o uso de bebida alcoólica e o consumo de drogas, fatores que estão na base dos latrocínios, dos estupros, da violência contra a mulher, dos crimes contra as crianças, e dos acidentes de trânsito.

(Proposta: AP Curvelo)

41 – Criação de dispositivo legal para garantir a segurança dos cidadãos nas operações financeiras realizadas por correspondentes bancários.

(Proposta: AP Juiz de Fora)

42 – Prisão perpétua para criminosos adultos reincidentes.

(Proposta: AP Patos de Minas)

43 – Implantação, no País, da cédula de identidade única.
(Proposta: AP Uberaba)

44 – Aplicação de penas mais rígidas para os usuários de drogas.
(Proposta: AP Ipatinga)

45 – Criação de órgão independente da direção do presídio para fiscalizar o sistema prisional.
(Proposta: AP Curvelo)

46 – Transferência, para a Subsecretaria de Administração Prisional, das cadeias públicas do Estado e da guarda dos presos que ainda estejam sob a responsabilidade da Polícia Civil.
(Proposta: AP Uberaba; AP Governador Valadares; AP Uberlândia; AP Juiz de Fora; AP Curvelo; AP Lavras; AP Betim)

47 – Melhoria da infraestrutura das unidades prisionais, com o aumento do número de vagas disponíveis no sistema, objetivando a redução das superlotações e a separação física dos presos provisórios dos demais.
(Proposta: AP Uberlândia; AP Juiz de Fora; AP Curvelo; AP Vespasiano; AP Divinópolis; AP Belo Horizonte)

48 – Adoção de estratégia cuidadosa para as saídas temporárias de presos, especialmente em épocas de festas e eventos, articulando as ações entre Ministério Público, polícias, Judiciário e Comissão Técnica de Classificação para acompanhamento da medida.
(Proposta: AP Vespasiano)

49 – Aprimoramento da gestão penitenciária, garantindo-se a observância da capacidade de cada unidade prisional (vagas), a plena aplicação da Lei de Execução Penal e o incentivo à difusão e ao fortalecimento do modelo das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apacs, munindo todas essas unidades com equipes multidisciplinares.
(Proposta: AP Montes Claros; AP Pouso Alegre; AP Governador Valadares; AP Uberlândia; AP Juiz de Fora; AP Curvelo; AP Betim)

50 – Municipalização da política carcerária.
(Proposta: AP Pouso Alegre)

51 – Aumento do quadro de defensores públicos no Estado de Minas Gerais, assegurando a lotação desses servidores em quantidade condizente com a necessidade do serviço nos Municípios, especialmente naqueles que sediem comarcas e/ou unidades prisionais.
(Proposta: AP Uberaba; AP Montes Claros; AP Pouso Alegre; AP Ipatinga; AP Teófilo Otoni; AP Uberlândia; AP Vespasiano; AP Contagem; AP Belo Horizonte; AP Poços de Caldas; AP Lavras; AP Betim)

52 – Aumento do quadro de servidores, especialmente juizes e promotores, para suprir as limitações operacionais do Ministério Público e do Poder Judiciário.
(Proposta: AP Uberlândia; AP Vespasiano; AP Betim)

53 – Aumento do quadro de pessoal em órgãos que atuam na área de segurança pública – como a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal – associado a uma política de remuneração, valorização e capacitação dos servidores e de aquisição e qualificação de materiais, instalações e equipamentos necessários ao trabalho.
(Proposta: AP Uberaba; AP Pouso Alegre; AP Barbacena; AP Ipatinga; AP Governador Valadares; AP Teófilo Otoni; AP Uberlândia; AP Manhuaçu; AP Juiz de Fora; AP Curvelo; AP Vespasiano; AP Contagem; AP Divinópolis; AP Belo Horizonte; AP Poços de Caldas; AP Lavras; AP Betim)

54 – Aprofundamento do processo de integração das polícias, incluindo a expansão das Áreas Integradas de Segurança Pública – Aisps.

(Proposta: AP Ipatinga; AP Curvelo)

55 – Ampliação dos vínculos entre os vários órgãos que tratam da justiça criminal, especialmente os órgãos ligados à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Judiciário.

(Proposta: AP Ipatinga, AP Curvelo; AP Vespasiano; AP Contagem; AP Belo Horizonte)

GRUPO 2

Estratégias de Prevenção à Criminalidade e ao Uso de Drogas e sua Intersetorialidade com as Políticas Sociais

1 – Tratamento das estratégias de prevenção à criminalidade e ao uso indevido e abuso de drogas e sua intersectorialidade com as políticas sociais, como uma política de Estado e não apenas de governo, desenvolvendo políticas públicas estruturadas e articuladas, visando à coordenação de todos os órgãos governamentais, civis e militares, bem como os não governamentais de fato e de direito.

(Proposta: CTI 2)

2 – Criação de uma secretaria de Estado de políticas públicas sobre drogas, em substituição à Subsecretaria de Políticas Antidrogas.

(Proposta: CTI 2)

3 – Ampliação e fortalecimento do Conselho Estadual de Políticas Antidrogas como órgão articulador intersectorial, transversal e transdisciplinar das iniciativas governamentais e não governamentais.

(Proposta: CTI 2)

4 – Criação de comissão para identificar e viabilizar as iniciativas de prevenção governamentais e não governamentais já existentes, integrada por membros de todas as Secretarias de Estado, das Polícias Judiciária e Militar, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário, das entidades de ensino, entidades e comunidades terapêuticas, conselhos, comunidades tradicionais, segmentos dos grupos vulneráveis e demais entidades ou instituições.

(Proposta: CTI 2)

5 – Reformulação, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação, da grade curricular das escolas públicas estaduais, contemplando, em caráter transversal ou disciplinar, conteúdos relativos à prevenção do uso de drogas e à difusão de uma cultura democrática, pluralista e cidadã, englobando temáticas como: direitos humanos, sociais e políticos, cidadania, meio ambiente, tolerância religiosa, dentre outros temas correlatos, fundamentais para a consolidação do Estado Democrático de Direito brasileiro.

(Proposta: CTI 2)

6 – Fortalecimento e universalização do programa “Escola de Tempo Integral”, até que abranja todo o ensino médio e a totalidade das escolas públicas do Estado de Minas Gerais, qualificando profissionais habilitados e equipando devidamente e com qualidade a infraestrutura das instituições de ensino para o fornecimento de atividades curriculares e extracurriculares que propiciem maior permanência dos alunos nas escolas.

(Proposta: CTI 2; AP Uberaba; AP Montes Claros; AP Patos de Minas; AP Betim)

7 – Criação, nas escolas de tempo integral, de disciplinas profissionalizantes no ensino médio, adequadas às realidades regionais.

(Proposta: CTI 2)

8 – Estímulo à participação do professor em atividades curriculares e extracurriculares de prevenção ao uso de drogas, promovidas ou não pela Secretaria de Estado da Educação, sendo um dos fatores de progressão na carreira, nos termos a serem definidos em lei.

(Proposta: CTI 2)

9 – Garantia de recursos e estrutura para a contínua implementação dos programas já existentes de prevenção ao uso de drogas e à violência, tais como "Redes de Vizinhos Protegidos", "Base Comunitária Móvel", projeto "Olho Vivo", e projetos envolvendo o público infante-juvenil como o "Jovens Construindo a Cidadania", o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd, o Grupo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Risco – Geacar, o "Cuca Legal", entre outros.

(Proposta: CTI 2; AP Vespasiano)

10 – Criação de um programa estruturador para garantir o financiamento de ações sistemáticas e continuadas de prevenção do uso indevido e do abuso de álcool e outras drogas em escolas e comunidades, de tratamento e reinserção social do dependente químico, de apoio aos familiares do dependente químico e de pesquisa, desenvolvidas por iniciativas governamentais e não governamentais do terceiro setor, alinhadas com a futura Secretaria de Estado de Políticas Públicas sobre Drogas e Resolução da Diretoria Colegiada nº 101, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC 101-Anvisa.

(Proposta: CTI 2)

11 – Fortalecimento e estruturação da Defensoria Pública, mediante repasse orçamentário em aporte compatível com as necessidades institucionais, possibilitando, com isso, reforço na atuação extrajudicial, com extensão do Núcleo Criminal de Urgência às comarcas mais representativas do interior de Minas Gerais, bem como do Projeto de Prevenção à Criminalidade nele desenvolvido.

(Proposta: CTI 2)

12 – Criação de comissão permanente conjunta entre Secretaria de Estado de Saúde, a futura secretaria de Estado de políticas públicas sobre drogas, Conselho Estadual Políticas Antidrogas, Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, Federação Brasileira das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil, Associação Mineira das Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins e Instituições de Ensino Superior para construir e monitorar uma rede integrada de assistência médico-hospitalar, no âmbito da Fhemig, para atendimento ao usuário de drogas.

(Proposta: CTI 2)

13 – Transformação da Comissão Extraordinária de Políticas Públicas de Enfrentamento à AIDS, às DSTs, ao Alcoolismo, às Drogas e Entorpecentes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais em comissão permanente.

(Proposta: CTI 2)

14 – Integração das políticas públicas de prevenção, tratamento e reinserção relacionadas às drogas com as políticas públicas para a juventude.

(Proposta: CTI 2)

15 – Garantia de recursos orçamentários para criação e ampliação de locais de tratamento destinados a crianças, adolescentes, mulheres e portadores de deficiência, vítimas da dependência química, ampliando parcerias, inclusive com o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e fortalecendo as já existentes.

(Proposta: CTI 2)

16 – Intensificação de campanhas de conscientização, que informem que a dependência química é uma doença, mas que tem tratamento e possibilidade de reinserção social, ampliando as campanhas educativas antidrogas, em horário nobre, direcionadas às famílias.

(Proposta: CTI 2; AP Betim)

17 – Regulamentação do Fundo Estadual Antidrogas, destinando a esse Fundo os recursos e bens apreendidos do tráfico de drogas.

(Proposta: CTI 2)

18 – Criação de políticas públicas estruturais baseadas em estudos sobre o fenômeno da urbanização, principalmente em razão da concentração populacional nas metrópoles, criando normas que visem à melhoria da habitação, infraestrutura urbana, saúde, educação e atenção à criança e ao adolescente, assegurando a eles os direitos fundamentais e promovendo a devida segurança pública no combate à criminalidade, às drogas e à violência.

(Proposta: CTI 2; AP Lavras)

19 – Garantia de financiamento com recursos do Fundo Estadual de Cultura para projetos e ações culturais voltados para a reinserção e prevenção à reincidência no uso do álcool e de outras drogas.

(Proposta: CTI 2)

20 – Ampliação do modelo de cumprimento de pena desenvolvido pelas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs –, incluindo também as recuperandas.

(Proposta: CTI 2)

21 – Ampliação, em todo o Estado de Minas Gerais, do Programa Superação, voltado para a reinserção dos jovens por meio da prática esportiva.

(Proposta: CTI 2)

22 – Elaboração, nas escolas, de uma ficha socioeconômica para que sua direção saiba o ambiente em que o aluno vive. Esta ação poderá ser desenvolvida a partir da realização de parcerias e da mobilização de voluntários, como aposentados.

(Proposta: AP Patos de Minas)

23 – Realizar estudo sobre a viabilidade de se instituir a "Guarda Escolar" nas escolas públicas de Minas Gerais, inclusive como estratégia para evitar a atuação do tráfico e as depredações e aumentar a segurança.

(Proposta: AP Uberaba; AP Curvelo; AP Betim)

24 – Duplicação da BR-381 no trecho Belo Horizonte - Governador Valadares.

(Proposta: AP Ipatinga; AP Governador Valadares)

25 – Desenvolver programas e ações que visem promover uma maior integração entre Secretaria de Estado de Educação e os órgãos de segurança pública em todo o Estado.

(Proposta: AP Uberaba)

26 – Desenvolver mecanismos de articulação intersetorial das políticas sociais – como as de educação, assistência e inclusão social, saúde, esporte, cultura, inclusão produtiva, juventude e apoio às famílias – com as políticas de segurança pública, propiciando uma atuação preventiva mais integrada com vistas à superação do ciclo da pobreza e de defesa das famílias expostas a situações de vulnerabilidade social.

(Proposta: AP Montes Claros; AP Pouso Alegre; AP Barbacena; AP Ipatinga; AP Uberlândia; AP Patos de Minas; AP Manhuaçu; AP Curvelo; AP Contagem; AP Divinópolis; AP Lavras)

27 – Alteração da legislação trabalhista no tocante à proibição do trabalho de menores e implantação de mecanismos sociais que lhes assegure condições de exercer uma atividade econômica.

(Proposta: AP Patos de Minas; AP Vespasiano)

28 – Promoção de ações para incentivar o desarmamento da sociedade.

(Proposta: AP Contagem)

29 – Ampliação do número de Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Conseps – em todo o Estado, com previsão de recursos para o fomento destas instituições no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.

(Proposta: AP Curvelo; AP Contagem; AP Lavras)

30 – Vinculação de cada Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep – a uma única Companhia da Polícia Militar, visando ao aperfeiçoamento do relacionamento do Conselho com a instituição policial.

(Proposta: AP Betim)

31 – Implementação de projetos e parcerias que objetivem aumentar a participação, a mobilização e o envolvimento comunitário na questão da segurança pública e na promoção da paz social.

(Proposta: AP Uberaba; AP Montes Claros; AP Ipatinga; AP Teófilo Otoni; AP Uberlândia; AP Patos de Minas; AP Juiz de Fora; AP Vespasiano; AP Contagem; AP Belo Horizonte)

32 – Formação de parcerias com o objetivo de difundir o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd –, coordenado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, a todas as escolas do sistema estadual de ensino, tendo em vista a relevância dos resultados já obtidos pelo programa.

(Proposta: AP Pouso Alegre; AP Ipatinga)

33 – Previsão de recursos no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para a qualificação profissional de jovens nas áreas periféricas.

(Proposta: AP Juiz de Fora)

34 – Oferecimento de cursos profissionalizantes, atividades esportivas e assistência psicológica e educacional aos detentos das penitenciárias estaduais.

(Proposta: AP Teófilo Otoni; AP Patos de Minas)

35 – Implantação de programas e ações voltados para a recuperação e reinserção dos egressos do sistema prisional.

(Proposta: AP Uberaba; AP Governador Valadares; AP Uberlândia; AP Patos de Minas; AP Juiz de Fora; AP Curvelo; AP Belo Horizonte)

36 – Promoção de assistência ao preso e à sua família, por parte do Estado, por meio de um departamento social.

(Proposta: AP Curvelo)

37 – Destinação de recursos, pelo Estado, para projetos de assistência a crianças e adolescentes em conflito com a lei, bem como para construção de Centros Socioeducativos de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei – CSEs –, para atendimento deste público nas regiões do Estado que ainda não disponham de tal equipamento.

(Proposta: AP Unai; AP Juiz de Fora; AP Contagem; AP Belo Horizonte; AP Betim)

GRUPO 3

Drogas: Tratamento e Reinserção do Dependente Químico

1 – Criação e implementação de cursos de capacitação destinados a profissionais das diversas áreas envolvidas nas políticas voltadas para o usuário de álcool e outras drogas, que abrangem os vários aspectos – tratamento, prevenção, reinserção social, pesquisas e vigilância epidemiológica, priorizando-se a capacitação dos educadores das redes públicas e privadas e das equipes da área de saúde (PSF, atendimento de urgência, postos de saúde, etc.).

(Proposta: CTI 3)

2 – Capacitação de profissionais com vistas ao desenvolvimento de atividades ocupacionais para dependentes, em especial para a população carcerária e para os adolescentes e cumpridores de medidas socioeducativas, com vistas à sua reinserção social.

(Proposta: CTI 3)

3 – Capacitação dos operadores de segurança pública e dos demais profissionais de todos os segmentos transversais no atendimento e na abordagem aos dependentes químicos e familiares.

(Proposta: CTI 3)

4 – Oferta de capacitação profissional e de atividades ocupacionais para os dependentes químicos, em especial os pertencentes à população carcerária, os adolescentes e cumpridores de medidas socioeducativas, com vistas à sua reinserção social.

(Proposta: CTI 3)

5 – Criação de espaços de formação profissional para o desenvolvimento de habilidades visando à reinserção social, com monitoramento e encaminhamento para o mercado de trabalho.

(Proposta: CTI 3)

6 – Diagnóstico, fiscalização e acompanhamento, por intermédio do poder público, dos serviços de tratamento oferecidos em cada Município e do tipo de atuação dos profissionais, de seu alcance na comunidade e dos resultados obtidos, nos moldes da RDC.

(Proposta: CTI 3)

7 – Realização, sob a coordenação do Comad, de diagnóstico sobre a prevalência do uso e abuso de substâncias psicoativas pela população, visando à implantação e à implementação de programas e políticas públicas nos Municípios; nos Municípios onde não foram criados esses conselhos, o diagnóstico deverá ser coordenado por entidade responsável, que inclua a participação do poder público e da sociedade civil organizada.

(Proposta: CTI 3)

8 – Oferta de tratamento adequado para os dependentes químicos atendidos pelo sistema prisional ou socioeducativo, durante o cumprimento de sua pena ou medida socioeducativa, dentro da unidade de cumprimento da pena/ medida.

(Proposta: CTI 3)

9 – Construção e ampliação de serviços especializados de atendimento ao dependente químico, tais como comunidades terapêuticas, Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS-AD, CAPS I, residências terapêuticas, priorizando o sistema prisional, crianças e adolescentes, e populações especiais, de forma regionalizada.

(Proposta: CTI 3)

10 – Ampliação de unidades dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS-AD – vinculados ao Governo Federal, e efetivação de parcerias entre poder público e as comunidades terapêuticas, as moradias assistidas, os hospitais psiquiátricos, os demais hospitais, entre outras organizações da sociedade civil atuantes no tratamento dos dependentes químicos, como forma de potencializar redes de atendimento e tratamento a esse público em todo o Estado.

(Proposta: AP Ipatinga; AP Contagem; AP Divinópolis; AP Belo Horizonte; AP Betim)

11 – Inclusão, na dotação orçamentária, da pactuação das esferas estadual e federal relativamente a recursos para custeio de políticas públicas sobre drogas.

(Proposta: CTI 3)

12 – Implantação efetiva do Fundo Municipal Antidrogas em todos os Municípios.

(Proposta: CTI 3)

13 – Garantia de recursos, no âmbito municipal e no estadual, para a implantação de coordenadoria de políticas públicas sobre drogas, que desenvolva ações municipais para prevenção, tratamento e reinserção social, de forma a estimular as secretarias municipais a se responsabilizarem pelo desenvolvimento de projetos voltados para a qualidade de vida (lazer, esporte, cultura e atividades de trabalho) e para a atenção integral dos usuários e familiares.

(Proposta: CTI 3)

14 – Estabelecimento de um fluxo que oriente os órgãos componentes do sistema de defesa social, bem como o Poder Judiciário, a Promotoria de Justiça e a Defensoria Pública, no encaminhamento dos dependentes químicos que estejam sob efeito de drogas.

(Proposta: CTI 3)

15 – Efetivação das propostas de criação de taxas sobre atividades das indústrias de bebida alcoólica e de tabaco, para financiar tratamento, recuperação, reinserção social e ocupacional de dependentes químicos e familiares.

(Proposta: CTI 3)

16 – Fortalecimento dos conselhos municipais, visando criar interface entre as políticas públicas, ficando o Estado, nas suas três esferas, como principal responsável pela implementação das ações integradas preconizadas em leis.

(Proposta: CTI 3)

17 – Criação de secretaria de Estado de políticas públicas sobre drogas, em substituição à Subsecretaria de Estado de Políticas Públicas Sobre Drogas.

(Proposta: CTI 3)

18 – Estímulo, por meio de incentivos fiscais, às empresas que desenvolverem programas permanentes de prevenção ou estabelecerem um percentual de vagas para a reinserção socioprofissional do dependente químico.

(Proposta: CTI 3)

19 – Inclusão, no PPAG, de previsão de recursos para tratamento de dependentes químicos e para a criação de programas que estimulem os dependentes a se submeterem a tratamento.

(Proposta: AP Unai; AP Lavras)

20 – Implantação, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS -, de instituições e de equipes especializadas no atendimento, acolhimento, tratamento – acompanhamento psicológico e psiquiátrico – e reinserção do dependente químico em todas as regiões do Estado.

(Proposta: AP Montes Claros; AP Governador Valadares; AP Uberlândia; AP Patos de Minas; AP Juiz de Fora; AP Curvelo; AP Divinópolis; AP Belo Horizonte; AP Betim)

21 – Garantia aos servidores do Programa Saúde da Família – PSF – da possibilidade de encaminhamento dos pacientes com dependência química para o atendimento nas diversas redes existentes no Estado de Minas Gerais.

(Proposta: AP Betim)

GRUPO 4

Direitos Fundamentais, Grupos Vulneráveis e Violências

1 – Criação e implantação, no prazo de 180 dias, a contar da aprovação desta proposta, da coordenadoria estadual de acolhimento integral à família e pessoa em situação de vulnerabilidade e violência, unificando as coordenadorias já existentes, visando à integração operacional dos conselhos e centros de referência estaduais com as Redes de Enfrentamento à Violência, as comunidades tradicionais, o segmento LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – e grupos vulneráveis, respeitando-se a autonomia administrativa de cada instituição participante.

(Proposta: CTI 4)

2 – Criação de uma comissão, no prazo de 120 dias, a contar da aprovação desta proposta, visando reformar e padronizar as normas e regimentos internos dos conselhos e centros de referência estaduais, para viabilizar a operacionalidade das atividades junto à coordenadoria estadual de acolhimento integral à família e pessoa em situação de vulnerabilidade e violência.

(Proposta: CTI 4)

3 – Estabelecimento, no prazo de 180 dias a contar da aprovação desta proposta, da obrigatoriedade de presença de equipe multidisciplinar, composta de psicólogos, assistentes sociais, nas delegacias de atendimento especializado à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência, visando ao acolhimento com escuta técnica e mais humanizado.

(Proposta: CTI 4)

4 – Criação de delegacias e serviços especializados no atendimento à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência, bem como às comunidades tradicionais, ao segmento LGBT e aos grupos vulneráveis e em risco social, a partir de diagnóstico a ser desenvolvido no prazo máximo de 180 dias, a contar da aprovação desta proposta, por instituições oficiais de pesquisa.

(Proposta: CTI 4; AP Belo Horizonte; AP Lavras; AP Patos de Minas)

5 – Reestruturação do Grupo Especializado de Atendimento à Criança e Adolescente em Situação de Risco – Geacar-PMMG –, equipando e capacitando seus profissionais, inclusive com o aprendizado da Linguagem Brasileira de Sinais – Libras –, com vistas à ampliação de seus serviços para atendimento à mulher, ao idoso, às pessoas com deficiência, às comunidades tradicionais, ao segmento LGBT e grupos vulneráveis, a serem instalados, no prazo de 12 meses, a contar da aprovação desta proposta, nos Municípios sede das Áreas de Coordenações Integradas de Segurança Pública – Acisps - (nível de batalhões de Polícia Militar e delegacias regionais de Polícia Civil) do Estado de Minas Gerais.

(Proposta: CTI 4)

6 – Inclusão, na grade curricular dos cursos de formação e capacitação dos profissionais de segurança pública, de conhecimento básico para correta identificação de pessoas com deficiência, incluindo o aprendizado da Linguagem Brasileira de Sinais – Libras –, visando ao atendimento adequado e humanizado.

(Proposta: CTI 4)

7 – Inclusão, na grade curricular da rede de ensino e nos cursos de formação e capacitação de profissionais da segurança pública, em todos os níveis, de disciplina que vise à contextualização social da violência, nos moldes de um novo paradigma de cultura de paz, à luz dos direitos humanos, sob orientação pedagógica da Secretaria de Estado da Educação, em diálogo permanente com a coordenadoria estadual de acolhimento integral à família e pessoas em situação de vulnerabilidade e violência.

(Proposta: CTI 4)

8 – Elaboração, em conjunto com o Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas –, de plano estadual de atendimento às Medidas Socioeducativas – MSEs –, estabelecendo metodologia pedagógica, redefinição da gestão das MSEs em meio aberto, estratégias, metas físicas e financeiras, visando à eficiência na execução pedagógica e orçamentária das MSEs, para os próximos 10 anos.

(Proposta: CTI 4)

9 – Criação, no prazo de 180 dias, a contar da aprovação desta proposta, de portal na internet, com atualização constante e divulgação em todos os meios de comunicação, para dar visibilidade às Redes de Enfrentamento à Violência e aos serviços de atendimento e acolhimento às vítimas, administrado por uma comissão eleita, composta por representantes dos movimentos sociais, da sociedade civil e por gestores públicos, integrante da coordenadoria estadual de acolhimento integral à família e pessoas em situação de vulnerabilidade e violência.

(Proposta: CTI 4)

10 – Reestruturação do Conselho de Defesa Social, para torná-lo órgão consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador de iniciativas e ações voltadas para a defesa social no Estado de Minas Gerais, e tripartite, nos moldes do Conselho Nacional de Segurança Pública – Conasp – , mediante a apresentação, por esta Casa Legislativa, no prazo de 120 dias a contar da aprovação desta proposta, de projeto de emenda à Constituição para alteração do art. 134 da Constituição Estadual e de projeto de lei para alteração da Lei Delegada nº 173, de 2007, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho.

(Proposta: CTI 4)

11 – Alteração da Lei Complementar nº 64, de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, para assegurar a reabilitação e requalificação do profissional de segurança pública que adquira deficiência.

(Proposta: CTI 4)

12 – Estabelecimento de convênios com entidades como Senac, Senai, Senat, Sesi, entre outros, através da coordenadoria estadual de acolhimento integral à família e pessoas em situação de vulnerabilidade e violência, para promover a inserção socioeconômica da mulher e do homem, visando à reestruturação familiar.

(Proposta: CTI 4)

13 – Ampliação do número de abrigos capazes de acolher, de forma transitória, mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, vítimas de violência, em situação de risco e vulnerabilidade, em qualquer dia da semana e em qualquer horário, de acordo com a demanda.

(Proposta: CTI 4)

14 – Ampliação do número de abrigos capazes de acolher mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, vítimas de violência, em condição de risco de morte, em qualquer dia da semana e horário, de acordo com a demanda, por período necessário à sua reestruturação, resguardando o sigilo de seu acolhimento.

(Proposta: CTI 4)

15 – Criação e implementação, no prazo de 180 dias, a contar da aprovação desta proposta, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO – para os policiais civis, agentes penitenciários, agentes socioeducativos e guardas municipais do Estado de Minas Gerais.

(Proposta: CTI 4)

16 – Alteração do art. 9º do Decreto nº 43.703, de 2003, para inserir, no Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – , um representante da Polícia Civil, um da Subsecretaria de Administração Prisional e um da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas.

(Proposta: CTI 4)

17 – Criação, por meio de lei complementar de iniciativa do governo do Estado, de cargos de profissionais de saúde na estrutura da Polícia Civil, da Subsecretaria de Administração Prisional e da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas.

(Proposta: CTI 4)

18 – Fomento a programas de atividades físicas, esporte e lazer, com o objetivo de prevenir a vitimização secundária dos profissionais da segurança pública, principalmente o estresse, a ansiedade e a depressão, no âmbito municipal e estadual.

(Proposta: CTI 4)

19 – Criação e implantação de conselho estadual de defesa dos profissionais da segurança pública.

(Proposta: CTI 4)

20 – Apresentação, no prazo de 120 dias, contados da aprovação desta proposta, de projetos de iniciativa desta Casa Legislativa, para implementação dos princípios e das diretrizes aprovadas na etapa estadual de Minas Gerais e na etapa nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança

Pública, observada a competência legislativa do Estado.

(Proposta: CTI 4)

21 – Prestação de assistência médica especializada aos policiais, respeitando os servidores que são vitimados por doenças adquiridas no exercício de suas funções.

(Proposta: AP Teófilo Otôni)

22 – Implantação de unidades hospitalares da Polícia Civil nas cidades sedes de departamentos.

(Proposta: AP Teófilo Otôni)

23 – Garantia de assistência jurídica do Estado ao policial militar envolvido, em decorrência do exercício da função, em conduta ilegal.

(Proposta: AP Uberlândia)

24 – Concessão de aposentadoria integral aos servidores vitimados por doenças adquiridas em razão do exercício da função e da carga horária exaustiva.

(Proposta: AP Teófilo Otôni)

25 – Criação de uma comissão própria para fiscalizar as condições de trabalho dos policiais civis.

(Proposta: AP Teófilo Otôni)

ANEXO

PROPOSTAS DE ÂMBITO LOCAL E REGIONAL

1. Fortalecimento das ações de inteligência no Triângulo, mais especificamente nas delegacias de Uberaba e de Uberlândia, a fim de que se possa enfrentar de forma mais adequada a questão do controle das organizações criminosas vinculadas ao tráfico de drogas e a outros crimes que fragilizam a defesa social. (Proposta: AP Uberaba)
2. Liberação de recursos para a construção de um quartel no Município de Conceição das Alagoas. (Proposta: AP Uberaba)
3. Implantação de sistema de segurança pública nos distritos industriais de Uberaba e criação de um Instituto de Segurança Pública – ISP – Rural para trazer mais segurança à zona rural do Município. (Proposta: AP Uberaba)
4. Construção da sede da 5ª Área Integrada de Segurança Pública – 5ª Aisp. (Proposta: AP Uberaba)
5. Aumento do investimento do governo estadual na área de segurança pública na 5ª Região Integrada de Segurança Pública – 5ª Risp. (Proposta: AP Uberaba)
6. Veiculação e divulgação, pela ALMG, de campanha publicitária do Disque Denúncia, número 181. (Proposta: AP Uberaba)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Presidente da ALMG.
7. Agilização da transferência para a Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi – da administração das cadeias públicas dos Municípios integrantes da 5ª Risp. (Proposta: AP Uberaba)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social.
8. Fornecimento de armamento moderno, coletes à prova de balas, equipamentos de informática e viaturas aos órgãos policiais de Conceição das Alagoas. (Proposta: AP Uberaba)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social.
9. Recomposição do quadro de escrivães e agentes de Polícia nas cidades que compõem a 5ª Risp. (Proposta: AP Uberaba)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Chefe da Polícia Civil.
10. Informação sobre os procedimentos adotados para garantir a guarda dos trilhos do ramal ferroviário do Distrito Industrial II de Uberaba. (Proposta: AP Uberaba)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Ferrovia Centro Atlântica.
11. Implantação de mais um batalhão da Polícia Militar em Montes Claros, tendo em vista a necessidade de um batalhão exclusivo para esse Município e outro para as demais localidades hoje atendidas pelo 10º Batalhão da PMMG. (Proposta: AP Montes Claros)

12. Criação de mais uma Vara da Justiça Federal na Seção Judiciária de Montes Claros. (Proposta: AP Montes Claros)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
13. Construção de uma penitenciária, de um centro de medidas socioeducativas, e criação de um batalhão da Polícia Militar em Janaúba. (Proposta: AP Montes Claros)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social.
14. Construção e implantação de uma unidade prisional na microrregião de Manga, tendo em vista o elevado contingente de presos em cadeias públicas. (Proposta: AP Montes Claros)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social.
15. Liberação de recursos para a implantação de mais duas Áreas Integradas de Segurança Pública em Montes Claros, conforme previsto na programação governamental. (Proposta: AP Montes Claros)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social.
16. Ampliação do Projeto Olho Vivo em Montes Claros, observando as necessidades da localidade e os bons resultados alcançados até o momento. (Proposta: AP Montes Claros)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social.
17. Aumento do quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal no Norte de Minas. (Proposta: AP Montes Claros)
18. Garantia da presença permanente de policiais militares nos Distritos, especialmente em São Joaquim, Distrito de Januária, que possui cerca de 15 mil habitantes e não dispõe de policiamento ostensivo. (Proposta: AP Montes Claros)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Comandante-Geral da PMMG e ao Comandante da 11ª Região da PMMG.
19. Ampliação do quadro de defensores públicos estaduais, assegurando a lotação de defensores em quantidade condizente com a necessidade do serviço nos Municípios onde há unidades prisionais, especialmente em Francisco Sá. (Proposta: AP Montes Claros)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais.
20. Implantação de mais um batalhão da Polícia Militar em Montes Claros, tendo em vista a necessidade de um batalhão exclusivo para esse Município e outro para as demais localidades hoje atendidas pelo 10º Batalhão da PMMG. (Proposta: AP Montes Claros)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Comandante-Geral da PMMG.
21. Aumento do quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal no Norte de Minas. (Proposta: AP Montes Claros)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Ministro de Estado da Justiça.

22. Designação de efetivo fixo nas delegacias. (Proposta: AP Pouso Alegre)
23. Melhoria das condições de trabalho (material de trabalho, carga horária, remuneração, autonomia, etc.) e de espaço físico para sediar a Risp. (Proposta: AP Pouso Alegre)
24. Fortalecimento das ações de inteligência, com investimento em sistemas e aprimoramento do quadro policial. (Proposta: AP Pouso Alegre)
25. Aumento do número de patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal no Sul de Minas. (Proposta: AP Pouso Alegre)
26. Aumento do número de vagas na cadeia de Pouso Alegre. (Proposta: AP Pouso Alegre)
27. Implantação de ações preventivas, ampliação no quadro de servidores e aumento no número de veículos para atender a população no Município de Jacutinga. (Proposta: AP Pouso Alegre)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Comandante-Geral da Polícia Militar e aos Secretários de Estado de Desenvolvimento Social e de Defesa Social de Minas Gerais.
28. Instalação de duas unidades da Polícia Militar na divisa com o Estado de São Paulo, sendo a primeira na Rodovia MG 290 e a outra na nova ligação asfáltica que passa pelo Município de Albertina. (Proposta: AP Pouso Alegre)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Governador do Estado, ao Vice-Governador, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
29. Combate ao aumento da criminalidade no Município de Santa Rita do Sapucaí e ao elevado número de fugas na cadeia pública local. (Proposta: AP Pouso Alegre)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Secretário de Estado de Defesa Social, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Chefe da Polícia Civil.
30. Implantação de programas e ações na área de esportes e na prevenção do uso de drogas junto às prefeituras do Estado visando prevenir o aumento da criminalidade. (Proposta: AP Pouso Alegre)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais.
31. Intervenção junto ao Judiciário para garantir agilidade nos leilões de bens confiscados oriundos do tráfico de drogas no Estado. (Proposta: AP Pouso Alegre)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Subsecretário de Políticas Antidrogas de Minas Gerais.
32. Realização de estudos de implantação de vilas para moradia de policiais civis e militares no Estado. (Proposta: AP Pouso Alegre)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Governador, ao Vice-Governador, ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil.
33. Destinação de mais equipamentos e ampliação do quadro de pessoal da 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal. (Proposta: AP Pouso Alegre)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Ministro de Estado da Justiça e à Direção da Polícia Rodoviária Federal.

34. Realização de audiência pública no Município de Machado para discutir a instalação de uma unidade prisional na cidade. (Proposta: AP Pouso Alegre)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício.
35. Realização de melhorias nas cadeias públicas dos Municípios de Barroso, Andrelândia, Congonhas, Santos Dumont e Prados e a transferência administrativa desses estabelecimentos para a Subsecretaria de Administração Penitenciária. (Proposta: AP Barbacena)
36. Celebração de convênio que permita o atendimento a jovens dependentes químicos no Município de Barbacena e região. (Proposta: AP Barbacena)
37. Implementação do sistema de justiça itinerante na região de Barbacena, especialmente para atendimento à população de Bias Fortes. (Proposta: AP Barbacena)
38. Ampliação do quadro de pessoal das unidades da Polícia Rodoviária Federal que atendem a região compreendida entre Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora e reabertura do posto da Polícia Rodoviária Federal no Município de Barbacena. (Proposta: AP Barbacena)
39. Realização de obras destinadas a melhorar a rede física utilizada pela Polícia Civil em Barbacena. (Proposta: AP Barbacena)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
40. Realização de estudos sobre melhorias salariais para os servidores da área da defesa social. (Proposta: AP Barbacena)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social.
41. Construção da sede da 13ª Risp e ampliação de seu quadro efetivo de delegados e escrivães. (Proposta: AP Barbacena)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
42. Realização de melhorias nas cadeias públicas dos Municípios de Barroso, Andrelândia, Congonhas, Santos Dumont e Prados e para a transferência administrativa desses estabelecimentos para a Subsecretaria de Administração Penitenciária. (Proposta: AP Barbacena)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios aos Secretários de Estado de Defesa Social e de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.
43. Celebração de convênio que permita o atendimento a jovens dependentes químicos no Município de Barbacena e região. (Proposta: AP Barbacena)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Subsecretário de Políticas Antidrogas de Minas Gerais.
44. Inclusão do campo de futebol do Bairro Santa Tereza, em Barbacena, no programa Campos de Luz. (Proposta: AP Barbacena)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais.
45. Informações sobre a possibilidade de se implementar o sistema de justiça itinerante na região de Barbacena, especialmente para atendimento à população de Bias Fortes.

(Proposta: AP Barbacena)

Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça.

46. Ampliação do quadro de pessoal das unidades que atendem a região compreendida entre Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora e reabertura do posto da Polícia Rodoviária Federal no Município de Barbacena. (Proposta: AP Barbacena)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Ministro de Estado da Justiça, ao Diretor-Geral e ao Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal.
47. Construção de área administrativa para o presídio. (Proposta: AP Unaí)
48. Mudança de localização do presídio, que vem gerando insatisfação popular no Bairro Cachoeira. (Proposta: AP Unaí)
49. Policiamento de barreira na divisa (região Noroeste) contra a criminalidade periférica, especialmente do DF. (Proposta: AP Unaí)
50. Implantação do Centro Socioeducativo no Município e de mais varas judiciais na Comarca de Unaí. (Proposta: AP Unaí)
51. Desenvolvimento de política específica para superação da vulnerabilidade do Noroeste em relação à proximidade do DF, como a vigilância das estradas vicinais. (Proposta: AP Unaí)
52. Mais eficiência e agilidade no combate aos traficantes que chegam a Unaí. (Proposta: AP Unaí)
53. Criação e instalação de uma vara da Justiça Federal no Município de Unaí. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça e ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
54. Designação de defensores públicos para Unaí e Paracatu. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais.
55. Realização de visita conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública à cadeia pública de Unaí, para verificar as condições dos presos. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: realização da visita conjunta.
56. Implantação de Patrulha de Prevenção Ativa e de Grupo Especial de Patrulhamento de Áreas de Risco – Gepar – em Unaí e Paracatu. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Comandante-Geral da PMMG.
57. Implantação de posto da Polícia Rodoviária Estadual na BR-251, no trecho Unaí-Brasília, preferencialmente onde funcionava o posto fiscal avançado. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Comandante-Geral da PMMG.

58. Reimplantação do posto fiscal avançado na BR-251, no trecho Unaí-Brasília. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais.
59. Implantação do Centro Integrado de Atendimento e Despacho – Ciad –, do Centro Integrado de Informações de Defesa Social – Cinds – e do Redes PCNet em Unaí e região. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais.
60. Transferência para a Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi – da administração das cadeias públicas dos Municípios de Buritis e de Vazante. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais.
61. Construção da sede da 16ª Região Integrada de Segurança Pública – 16ª Risip – e de um Centro de Medidas Socioeducativas para atendimento dos adolescentes em conflito com a lei. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais.
62. Implantação dos projetos Olho Vivo e Fica Vivo em Unaí e Paracatu. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais.
63. Construção de uma Área Integrada de Segurança Pública – Aisp – no Bairro Cachoeira, em Unaí, em terreno doado pela Prefeitura e segundo projeto já existente. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais.
64. Designação de agentes penitenciários do sexo feminino para a cadeia de Buritis. (Proposta: AP Unaí)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais.
65. Criação de um Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional – CIA – na área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, sediada em Ipatinga, destinado à aplicação de medidas socioeducativas, uma vez que não há tal serviço nessa região. (Proposta: AP Ipatinga)
66. Implantação de uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac – na Comarca de Ipatinga. (Proposta: AP Ipatinga)
67. Construção da sede da 12ª Região Integrada de Segurança Pública – 12ª Risip – em Ipatinga. (Proposta: AP Ipatinga)
68. Construção de um novo prédio para funcionamento do Instituto Médico Legal em Ipatinga, já que o atual opera em precárias condições. (Proposta: AP Ipatinga)
69. Aumento do efetivo dos órgãos de segurança pública que atuam na região de Ipatinga. (Proposta: AP Ipatinga)

70. Desenvolvimento de políticas públicas estaduais na região de Ipatinga que levem em conta suas especificidades, tais como sua dinâmica econômica e sua posição geográfica. (Proposta: AP Ipatinga)
71. Implantação de uma Promotoria da Infância e Juventude na Comarca de Ipatinga, para atendimento à população infanto-juvenil da região. (Proposta: AP Ipatinga)
72. Criação de uma companhia independente da Polícia Militar em Coronel Fabriciano, como medida de aperfeiçoamento da organização do Sistema de Defesa Social na região do Vale do Aço. (Proposta: AP Ipatinga)
73. Aumento do quadro de pessoal da Polícia Civil na 12ª Região Integrada de Segurança Pública – 12ª Risp. (Proposta: AP Ipatinga)
74. Aumento do quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Minas Gerais, especialmente na área abrangida pela 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista que há carência de pessoal em face de uma demanda crescente. (Proposta: AP Ipatinga)
75. Aumento do quadro de pessoal da Defensoria Pública para atendimento a todas as comarcas situadas na área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, uma vez que a quantidade de Defensores Públicos presentes na mencionada região é insuficiente para atender à população necessitada. (Proposta: AP Ipatinga)
76. Criação de uma divisão especializada de repressão a crimes ambientais para atendimento à área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública – 12ª Risp –, tendo em vista que lá há dois importantes parques florestais, bacias hidrográficas e exploração mineral, entre outras questões que justificam a implantação da unidade mencionada, cujo projeto de criação já se encontra sob análise na Secretaria de Estado de Defesa Social. (Proposta: AP Ipatinga)
77. Instalação da 10ª Promotoria de justiça em Ipatinga, que deverá cuidar apenas da infância e adolescência, em sintonia com a recente criação da vara da infância e juventude na comarca. (Proposta: AP Ipatinga)
78. Ampliação da Defensoria Pública na região, em virtude do “deficit” de pessoal e da necessidade de atendimento à população. (Proposta: AP Ipatinga)
79. Desenvolvimento de ações específicas para a região, as quais devem ser proativas e não reativas, com prioridade para a atenção à criança e para a preparação do cidadão. (Proposta: AP Ipatinga)
80. Ampliação do Programa de Erradicação das Drogas - Proerd -, coordenado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, para todas as escolas do sistema estadual de ensino, tendo em vista a sua relevância para a defesa social e a importância de sua extensão a todas as escolas. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Secretaria de Estado de Educação.
81. Implantação de uma promotoria da infância e juventude na Comarca de Ipatinga, uma vez que será de grande importância para atendimento à população infanto-juvenil daquela região. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Procurador-Geral de

Justiça de Minas Gerais.

82. Realização de visita da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa de Minas Gerais à Ministra de Estado da Casa Civil, com a finalidade de reivindicar junto a S. Exa. duplicação da BR-381 - trecho Belo Horizonte-Governador Valadares - entregando-lhe abaixo-assinado com a mesma reivindicação. (Proposta: AP Ipatinga).
83. Construção de um novo prédio para funcionamento do Instituto Médico Legal em Ipatinga, já que o atual opera em precárias condições. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
84. Construção da sede da 12ª Região Integrada de Segurança Pública em Ipatinga, uma vez que tal estrutura física ainda inexiste, embora possua importância estratégica para a segurança pública na região. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
85. Criação de uma companhia independente da Polícia Militar em Coronel Fabriciano, como medida de aperfeiçoamento da organização do sistema de defesa social na região do Vale do Aço. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
86. Implantação de uma Apac na Comarca de Ipatinga, já que se trata de medida fundamental para a defesa social na região assinalada, a qual, todavia, vem sendo protelada com prejuízos para a sociedade. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
87. Duplicação da BR-381 no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Ministro de Estado dos Transportes e ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
88. Aumento do quadro de pessoal da Polícia Civil na 12ª Região Integrada de Segurança Pública, tendo em vista que o efetivo da corporação na região é insuficiente para a demanda. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
89. Aumento do quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Minas Gerais, especialmente na área abrangida pela 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista que há carência de pessoal em face de uma demanda crescente. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Ministro de Estado da Justiça e ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
90. Implantação de um centro de internação do adolescente na área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, sediada em Ipatinga, destinado à aplicação de medidas socioeducativas, uma vez que não há tal serviço nessa região. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

91. Aumento do quadro de pessoal desse órgão para atendimento a todas as comarcas situadas na área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, uma vez que a quantidade de defensores Públicos presentes na mencionada região é insuficiente para atender à população necessitada. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Defensor Público-Geral de Minas Gerais.
92. Criação de uma divisão especializada de repressão a crimes ambientais para atendimento à área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, tendo em vista que lá há dois importantes parques florestais, bacias hidrográficas e exploração mineral, entre outras questões que justificam a implantação da unidade mencionada. (Proposta: AP Ipatinga)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
93. Aumento dos recursos humanos e materiais (incluindo bafômetros) e do número de postos para a atuação da Polícia Rodoviária Federal na região. (Proposta: AP Governador Valadares).
94. Abertura de mais duas varas criminais na comarca. (Proposta: AP Governador Valadares)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
95. Implantação de uma delegacia especializada em homicídios, com efetivo próprio, no Município. (Proposta: AP Governador Valadares)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
96. Implantação de mais unidades da Polícia Federal nos outros Municípios da região. (Proposta: AP Governador Valadares)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Ministro de Estado da Justiça.
97. Inclusão do Município de Governador Valadares no Pronasci. (Proposta: AP Governador Valadares)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Ministro de Estado da Justiça.
98. Iluminação do trecho da BR-116 no Município de Turmalina, no perímetro urbano de Governador Valadares. (Proposta: AP Governador Valadares)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Presidente da Cemig.
99. Execução de melhorias na infraestrutura da cadeia de Governador Valadares. (Proposta: AP Governador Valadares).
100. Construção de nova sede para o Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar. (Proposta: AP Governador Valadares)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Governador do Estado.
101. Conclusão da construção do prédio da 8ª Região Integrada de Segurança Pública – 8ª Risp. (Proposta: AP Governador Valadares).
102. Ampliação das ações do programa Olho Vivo no Município. (Proposta: AP Governador Valadares).

103. Aquisição de veículos para o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, a fim de interiorizar suas atividades. (Proposta: AP Governador Valadares).
104. Realização de investimentos para a geração de empregos e renda no Município. (Proposta: AP Governador Valadares).
105. Reforma do Estádio José Mamud Abbas e implantação de programas para a formação e o desenvolvimento esportivo de crianças e jovens da região, aproveitando a grande potencialidade do momento para se investir no setor. (Proposta: AP Governador Valadares).
106. Duplicação da Rodovia BR-381 no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares. (Proposta: AP Governador Valadares)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Diretor-Geral do DNIT.
107. Construção de instalações adequadas para a recepção das visitas aos presos na Comarca de Governador Valadares. (Proposta: AP Governador Valadares)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Subsecretaria de Administração Prisional.
108. Ampliação do número de defensores designados para a Comarca de Governador Valadares. (Proposta: AP Governador Valadares)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Defensor Público-Geral de Minas Gerais.
109. Implantação uma delegacia da Polícia Federal e uma delegacia de plantão da Polícia Civil em Teófilo Otôni. (Proposta: AP Teófilo Otôni)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Ministro de Estado da Justiça e ao Superintendente da Polícia Federal, solicitando a instalação de uma delegacia da Polícia Federal em Teófilo Otôni.
110. Implantação do policiamento militar nas escolas públicas da região. (Proposta: AP Teófilo Otôni).
111. Aumento do número de defensores públicos em Teófilo Otôni e região. (Proposta: AP Teófilo Otôni)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício, ao Defensor Público-Geral do Estado, solicitando a ampliação do número de defensores Públicos designados para as Comarcas de Governador Valadares e de Teófilo Otôni.
112. Aumento do efetivo e do número de viaturas da Polícia Rodoviária Federal, especialmente do 12º Distrito da Polícia Rodoviária Federal, com sede em Teófilo Otôni. (Proposta: AP Teófilo Otôni)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Ministro de Estado da Justiça e ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, solicitando o aumento do efetivo e o envio de viaturas ao 12º Distrito da corporação, com sede no Município de Teófilo Otôni.
113. Melhoria das condições de trabalho, das instalações e dos equipamentos das Polícias Civil e Militar de Teófilo Otôni e região, bem como aumentar o número de viaturas das duas corporações. (Proposta: AP Teófilo Otôni).

114. Designação de Auditores Fiscais para que atuem na fiscalização do comércio de pedras preciosas e semipreciosas em Teófilo Otôni. (Proposta: AP Teófilo Otôni)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Ministro de Estado da Fazenda e ao Superintendente Regional da Receita Federal.
115. Aumento do investimento do governo estadual na área de segurança pública em Teófilo Otôni e região. (Proposta: AP Teófilo Otôni).
116. Oferecimento de cursos profissionalizantes, atividades esportivas e assistência psicológica e educativa aos detentos da Penitenciária de Teófilo Otôni. (Proposta: AP Teófilo Otôni)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
117. Criação da Delegacia de Homicídios e a duplicação do efetivo policial. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
118. Construção da sede do Instituto Médico Legal no Município de Uberlândia. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
119. Implantação do Posto de Polícia Integrada – PPI no Município de Uberlândia. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
120. Instalação de câmeras de segurança do Programa Olho Vivo na Av. Afrânio Rodrigues da Cunha no Município de Uberlândia. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
121. Humanização dos estabelecimentos prisionais de Uberlândia com aumento da oferta de trabalho e de ensino profissionalizante para os presos. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
122. Pagamento de diárias de viagens e viaturas descaracterizadas para o trabalho investigativo. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
123. Aquisição de prédio próprio ou locado destinado a implantação da delegacia regional. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
124. Implantação da 2ª Delegacia Regional nomeando 40 agentes e 20 escrivães para atender à demanda, no Município de Uberlândia. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

125. Destinação de mais recursos para o Conselho Municipal, em razão de lei que obriga o Executivo Municipal a fazê-lo. (Proposta: AP Uberlândia).
126. Garantia do funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Pública, dotando-o de infraestrutura, equipamentos e pessoal. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Prefeito Municipal de Uberlândia.
127. Garantia de assistência jurídica do Estado ao policial militar envolvido, em decorrência do exercício da função, em conduta ilegal. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais.
128. Disponibilização de mais efetivo para as Polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal. (Proposta: AP Uberlândia).
129. Aumento do número de viaturas e equipamentos para o Corpo de Bombeiros. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
130. Separação da cadeia de Araguari e do abrigo de menores, que é anexo à delegacia. (Proposta: AP Uberlândia).
131. Instalação de banheiros e toldos na Penitenciária Pimenta da Veiga e no Presídio Jacy de Assis para propiciar melhores condições aos parentes dos presos. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios ao Secretário de Defesa Social e ao Subsecretário de Administração Prisional de Minas Gerais.
132. Aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal no Estado e a designação de mais delegados, policiais federais, peritos e escrivães para Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Ministro de Estado da Justiça.
133. Disponibilização de mais pessoal nos quadros da polícia em todos os Municípios da 9ª Risp. (Proposta: AP Uberlândia).
134. Criação de um posto de perícia integrada. (Proposta: AP Uberlândia).
135. Destinação de mais investimentos na Polícia Civil de Uberlândia, incluindo equipamentos e combustível para as viaturas, para possibilitar o patrulhamento. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
136. Ampliação do projeto Jovens Construindo a Cidadania – JCC –, e do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
137. Aumento do quadro de juízes e promotores. (Proposta: AP Uberlândia).
138. Aumento do quadro de defensores públicos. (Proposta: AP Uberlândia).

139. Realização de audiência pública com espectro maior em relação à violência e, geral. (Proposta: AP Uberlândia).
140. Realização de ações conjuntas entre lideranças comunitárias e polícias. (Proposta: AP Uberlândia).
141. Apoio, por parte das autoridades, aos movimentos sociais. (Proposta: AP Uberlândia).
142. Criação de instituições para tratamento de usuários de drogas. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
143. Reabertura dos Postos Policiais fechados. (Proposta: AP Uberlândia).
144. Maior facilidade na obtenção de informações acerca do andamento de investigações sobre pessoas desaparecidas. (Proposta: AP Uberlândia).
145. Viabilização de recursos materiais e humanos com o objetivo de ampliar o Programa Consep Rural, que hoje conta com 23 unidades. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
146. Implantação de oito Áreas Integradas de Segurança Pública – Aisp. (Proposta: AP Uberlândia)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
147. Implantação de mais uma unidade da Fundação Municipal de Promoção da Criança e do Adolescente – Proman. (Proposta: AP Patos de Minas).
148. Instalação de um centro de recuperação na Região. (Proposta: AP Patos de Minas).
149. Construção de colônia penal para que os presos possam aprender a trabalhar. (Proposta: AP Patos de Minas).
150. Redução da superlotação do Presídio de Sebastião Satiro e implantação de medidas para a humanização dessa unidade prisional, incluindo a ampliação das ofertas de trabalho e de ensino profissionalizante para os presos. (Proposta: AP Patos de Minas)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas.
151. Construção de um centro de tratamento para dependentes químicos na Região de Patos de Minas. (Proposta: AP Patos de Minas)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Governador do Estado.
152. Instalação de delegacia da Polícia Federal no Município de Patos de Minas. (Proposta: AP Patos de Minas)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais.

153. Investimentos na área social, especialmente na prevenção da criminalidade voltada para crianças e adolescentes. (Proposta: AP Patos de Minas).
154. Conservação do projeto Zona Azul. (Proposta: AP Patos de Minas).
155. Programa estadual para ajudar os egressos do sistema penitenciário a trabalhar. (Proposta: AP Patos de Minas).
156. Aumento do efetivo da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal no Município. (Proposta: AP Patos de Minas)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Ministro de Estado da Justiça.
157. Priorização de projeto de construção de anel rodoviário no Município de Manhuaçu, para a realização de estudos de correção de traçado e para a implantação de sinalização em, pelo menos, dois trechos perigosos nas rodovias federais na região - um conhecido como "curva do S", próximo à comunidade de São Pedro do Havaí, e outro entre Manhuaçu e Realeza. (Proposta: AP Manhuaçu)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
158. Disponibilização de pessoal apto a operar, sob a coordenação da Polícia Militar, o equipamento de monitoramento da região central de Manhuaçu, já adquirido pela sociedade civil local. (Proposta: AP Manhuaçu)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais.
159. Ampliação dos efetivos das Polícias Civil e Militar na região de Manhuaçu. (Proposta: AP Manhuaçu)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Defesa Social, ao Comandante da Polícia Militar e ao Chefe de Polícia Civil.
160. Estudo da possibilidade de o Município se tornar sede de uma Região Integrada de Segurança Pública – Risp. (Proposta: AP Manhuaçu)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Defesa Social, ao Comandante da Polícia Militar e ao Chefe de Polícia Civil.
161. Estudo da viabilidade de instalação de equipamentos de segurança nas escolas públicas de Manhuaçu e região, bem como de disponibilização de efetivos de segurança, especialmente para a Escola Estadual Santa Filomena, em Santana do Manhuaçu. (Proposta: AP Manhuaçu)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.
162. Concretização de parcerias entre o Estado e o Município de Manhuaçu em projetos que visem à prevenção da criminalidade. (Proposta: AP Manhuaçu)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social, de Esportes e Juventude e de Defesa Social de Minas Gerais.
163. Reforço da presença da polícia, por meio da implantação de um posto policial no Distrito de Vilanova, em Manhuaçu. (Proposta: AP Manhuaçu)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

164. Pedido de apoio à construção da sede da Comunidade Terapêutica Santa Mãe da Providência, no Município de Manhuaçu, que recupera dependentes químicos. (Proposta: AP Manhuaçu)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Estado de Esportes e Juventude, por meio da Subsecretaria de Políticas Antidrogas.
165. Reforço na interiorização do programa Fica Vivo na região da Zona da Mata. (Proposta: AP Juiz de Fora)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
166. Definição de prazo para que as cadeias da 4ª Região Integrada de Segurança Pública – 4ª Risp – sejam assumidas pela Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi - até 2011. (Proposta: AP Juiz de Fora).
167. Transferência de mais um agente penitenciário para a Cadeia de Matias Barbosa. (Proposta: AP Juiz de Fora).
168. Promover reuniões com a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais com vistas a tratar da questão prisional da região da Zona da Mata, das medidas socioeducativas, da superlotação do Ceresp de Juiz de Fora e do suposto acautelamento, no CSE de Juiz de Fora, de adolescentes em conflito com a lei provenientes de outras regiões do Estado. (Proposta: AP Juiz de Fora)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofícios à Superintendência de Administração Prisional – Suapi – e à Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas – Same.
169. Elaboração e apresentação de cronograma para que a Suapi assuma a custódia de presos atualmente sob a guarda da Polícia Civil na Zona da Mata. (Proposta: AP Juiz de Fora)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
170. Levantamento de informações sobre o efetivo de policiais federais na Zona da Mata, bem como os Municípios que são atendidos por eles. (Proposta: AP Juiz de Fora)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Departamento de Polícia Federal em Juiz de Fora.
171. Levantamento de informações sobre o efetivo de policiais rodoviários federais na região da Zona da Mata, a localização dos postos policiais e o número e a sigla das rodovias federais atendidas na região. (Proposta: AP Juiz de Fora)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Polícia Rodoviária Federal em Juiz de Fora.
172. Levantamento de informações sobre o combate à criminalidade na região da Zona da Mata, inclusive com estatísticas e dados referentes à resolução dos crimes. (Proposta: AP Juiz de Fora)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício aos órgãos de segurança componentes da 4ª Risp.
173. Construção de uma regional para a realização de tratamento, estendendo a experiência para Três Marias, Buenópolis e Corinto. (Proposta: AP Curvelo)

174. Construção da sede da 14ª Região Integrada de Segurança Pública – 14ª Risps – em Curvelo. (Proposta: AP Curvelo)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
175. Construção da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac – local e a execução de projetos que integrem os detentos ao processo laboral. (Proposta: AP Curvelo)
176. Implantar Áreas Integradas de Segurança Pública – Aisps – na região. (Proposta: AP Curvelo)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
177. Adoção de medidas para melhorar a estrutura e aumentar o efetivo do Corpo de Bombeiros, bem como fazer coincidir o rol de Municípios abrangidos pelas estruturas da corporação e das Regiões Integradas de Segurança Pública – Risps. (Proposta: AP Curvelo)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
178. Ampliação da estrutura da Polícia Civil e de seu efetivo. (Proposta: AP Curvelo)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
179. Construção de mais celas no presídio, visando separar os presos provisórios dos demais. (Proposta: AP Curvelo)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
180. Ampliação do quadro de agentes penitenciários, especialmente em Diamantina e Serro, com vistas a retirar as Polícias Militar e Civil do trabalho de guarda nas cadeias públicas. (Proposta: AP Curvelo)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
181. Aumento do número de Apacs na região. (Proposta: AP Curvelo)
(Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Defesa Social)
182. Adoção de medidas para melhorar a estrutura e aumentar o efetivo da 14ª Companhia da Polícia Militar Independente de Meio Ambiente e Trânsito. (Proposta: AP Curvelo)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social Minas Gerais.
183. Instalação de iluminação adequada no trecho da Rodovia MG-496 que passa nas áreas urbanas de Várzea da Palma e Lassance. (Proposta: AP Curvelo)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Presidente da Cemig e aos Prefeitos de Várzea da Palma e Lassance.
184. Implantação de instituição para o tratamento de dependentes químicos na região de Curvelo. (Proposta: AP Curvelo)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Governador do Estado.

185. Mobilização das emissoras locais para campanhas preventivas em mídia regional. (Proposta: AP Curvelo)
186. Promoção de reunião em Belo Horizonte com os comandantes da Risp e os delegados para discutir o tráfico local e suas ligações. (Proposta: AP Curvelo)
187. Ampliação do investimento do governo estadual na área de segurança em Curvelo. (Proposta: AP Curvelo)
188. Construção de uma regional para tratamento de dependentes químicos. (Proposta: AP Curvelo)
189. Retirada completa das polícias do trabalho de guarda nas cadeias públicas. (Proposta: AP Curvelo)
190. Melhoria da gestão do sistema prisional em Vespasiano. (Proposta: AP Vespasiano)
191. Melhoria da infraestrutura nos órgãos públicos da área de segurança pública, de modo a corrigir o déficit de atendimento da Polícia Rodoviária Federal e da Defensoria Pública e as limitações operacionais do Ministério Público e do Poder Judiciário. (Proposta: AP Vespasiano)
192. Adoção de medidas para aperfeiçoar o controle de eventos e garantir segurança nas rodovias da região. (Proposta: AP Vespasiano)
193. Transferência da gestão das cadeias públicas dos Municípios de Mariana e de Itabirito para a Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi. (Proposta: AP Vespasiano)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
194. Instalação da Comissão de Monitoramento de Eventos Esportivos e Culturais – Comovec – na 3ª Região Integrada de Segurança Pública – 3ª Risp. (Proposta: AP Vespasiano)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
195. Designação de defensor público para a Comarca de Vespasiano, tendo em vista a inexistência de servidor dessa natureza e a grande demanda por assistência judiciária verificada nessa comarca. (Proposta: AP Vespasiano)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais.
196. Instalação da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de Vespasiano, conforme previsto na Lei de Organização e Divisão Judiciária, com a finalidade de atender à excessiva demanda existente na única vara de execução criminal da comarca. (Proposta: AP Vespasiano)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
197. Designação de juiz substituto para responder pela Vara de Execuções Criminais, da Comarca de Vespasiano, durante o período de licença-maternidade da juíza titular, neste ano, tendo em vista a grande quantidade de processos que

tramitam na citada vara. (Proposta: AP Vespasiano)

Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

198. Adoção de medidas para dotar o Centro de Penas Alternativas de Vespasiano de infraestrutura e serviços adequados à sua finalidade, especialmente o fornecimento de alimentação para os usuários. (Proposta: AP Vespasiano)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
199. Implantação de sistema informatizado para agilizar os procedimentos da execução penal, tendo como base a experiência desenvolvida pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário na comarca de Governador Valadares. (Proposta: AP Vespasiano)
200. Implementação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Vespasiano. (Proposta: AP Vespasiano)
201. Criação de delegacia especializada no atendimento ao jovem no Município de Vespasiano. (Proposta: AP Vespasiano)
202. Implantação de um centro de internação para o adolescente que praticar ato infracional no Município de Vespasiano. (Proposta: AP Vespasiano)
203. Instalação de Delegacia da Mulher no Município de Vespasiano. (Proposta: AP Vespasiano)
204. Elaboração de planejamento público e de repartição orçamentária de responsabilidades para atendimento à política de segurança pública na RMBH. (Proposta: AP Vespasiano)
205. Apoio estatal para a organização e o funcionamento dos Conseps e para a criação dessas entidades em todos os Municípios da Risp. (Proposta: AP Vespasiano)
206. Implantação de patrulhas rurais e ampliação das companhias de tático móvel no Município de Vespasiano. (Proposta: AP Vespasiano)
207. Aumento da capacidade da Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente – Dopcad, que já não suporta o número de menores apreendidos. (Proposta: AP Contagem)
208. Criação de um centro de internação em Contagem. (Proposta: AP Contagem)
209. Aumento da quantidade de promotorias criminais a fim de se dar uma resposta eficaz à criminalidade no Município. (Proposta: AP Contagem)
210. Atuação preventiva na inibição do tráfico de drogas na região. (Proposta: AP Contagem)
211. Incentivo à criação e ao funcionamento dos Conselhos Municipais de Política sobre Drogas, especialmente em Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará e outros grandes Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Proposta: AP Contagem)

212. Criação de vara especializada em tóxicos, em Contagem, devido à grande quantidade de processos e inquéritos relacionados ao tráfico de entorpecentes existente no Município. (Proposta: AP Contagem)
213. Desenvolvimento de ações que promovam a interação entre Betim, Contagem e Belo Horizonte. (Proposta: AP Contagem)
214. Expansão do programa Poupança Jovem em Contagem, especialmente para as comunidades dos Bairros Estrela Dalva e São Mateus. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais.
215. Implantação, em Contagem, do programa Segundo Tempo, com o objetivo de atender jovens em situação de risco social. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais.
216. Implementação do programa Fica Vivo na região dos Bairros Estrela Dalva e São Mateus. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
217. Construção de centro socioeducativo com o objetivo de atender aos adolescentes infratores. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
218. Implantação de Apac em Contagem. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
219. Implantação de ensino médio diurno em Contagem, de forma a atender os adolescentes, especialmente em horário integral, evitando a ociosidade e o conseqüente envolvimento com a criminalidade. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.
220. Ampliação do número de vagas nas clínicas filiadas a comunidades terapêuticas, com vistas ao atendimento de dependentes químicos em Contagem. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício à Subsecretaria de Políticas Antidrogas de Minas Gerais.
221. Ampliação do efetivo e melhoria da infraestrutura da Polícia Civil no Município. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Chefe da Polícia Civil.
222. Ampliação do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar em Contagem. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar.
223. Construção de um novo Fórum, tendo em vista a precariedade da edificação hoje existente. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

224. Ampliação do número de defensores públicos na comarca de Contagem. (Proposta: AP Contagem)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais.
225. Implementação dos Caps III – para atendimento 24 horas – principalmente junto às grandes populações, como em Belo Horizonte, Contagem e Betim. (Proposta: AP Contagem)
226. Instalação de Conseps nas áreas ainda não atendidas em Contagem. (Proposta: AP Contagem)
227. Criação de programas para a implantação de clínicas que disponibilizem vagas públicas para o tratamento de toxicodependentes em Contagem. (Proposta: AP Contagem)
228. Regionalização do Instituto de Criminalística no âmbito da 7ª Risp. (Proposta: AP Divinópolis)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Chefe da Polícia Civil.
229. Criação de uma comissão de segurança pública na Câmara Municipal de Divinópolis. (Proposta: AP Divinópolis)
230. Construção da sede física da 7ª Risp. (Proposta: AP Divinópolis)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
231. Construção de albergue e ampliação da Colônia Penal Floramar, em Divinópolis. (Proposta: AP Divinópolis)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
232. Criação de posto de perícia em Divinópolis. (Proposta: AP Divinópolis)
233. Ampliação da estrutura dos órgãos de defesa social nos Municípios de Nova Serrana, São Gonçalo do Pará, Perdigoão e Conceição do Pará. (Proposta: AP Divinópolis)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
234. Criação de grupo de intervenção estratégica, no modelo existente em Belo Horizonte, agregando o Ministério Público, as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros e o sistema penitenciário, para tratar de assuntos relacionados à criminalidade e à segurança pública. (Proposta: AP Divinópolis)
235. Criação, a exemplo do que já foi feito em outras regiões do Estado, da Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais, em Divinópolis. (Proposta: AP Divinópolis)
236. Dotação do 1º Departamento da Polícia Civil de pessoal e veículos suficientes. (Proposta: AP Belo Horizonte)

237. Aumento do efetivo da Polícia Civil para potencializar o combate à criminalidade e ao tráfico de drogas. (Proposta: AP Belo Horizonte)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
238. Ampliação do número de delegacias especializadas em todo o Estado e seu fortalecimento. (Proposta: AP Belo Horizonte)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
239. Potencialização do combate ao "crack" e instalação de novos postos policiais nas divisas estaduais. (Proposta: AP Belo Horizonte)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
240. Garantia de recursos para aprimorar o sistema prisional e a ressocialização dos presos. (Proposta: AP Belo Horizonte)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Subsecretário de Administração Prisional do Estado de Minas Gerais.
241. Ampliação e atenção às comunidades terapêuticas, multiplicando-as para novos Municípios, ampliando vagas e valorizando-as como instrumento central para recuperação de dependentes químicos. (Proposta: AP Belo Horizonte)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício à Subsecretaria Antidrogas da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude.
242. Instalação de defensorias públicas em todas as comarcas de Minas Gerais, por meio de um plano de médio prazo, com cronograma adequado e recursos suficientes, e aumento do número de defensores públicos. (Proposta: AP Belo Horizonte)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Governador do Estado de Minas Gerais.
243. Solicitação, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de prestação de contas ao Fundo Municipal de Saúde. (Proposta: AP Belo Horizonte)
244. Promoção de debates sobre a relação do Corpo de Bombeiros com o SAMU, a fim de melhorar o atendimento. (Proposta: AP Belo Horizonte)
245. Construção de presídio no Município de Poços de Caldas, pois as condições da cadeia pública são desumanas. (Proposta: AP Poços de Caldas)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
246. Construção, em Poços de Caldas, de centro socioeducativo para acolher crianças e adolescentes em conflito com a lei, já que não há nenhum no Sul do Estado. (Proposta: AP Poços de Caldas)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
247. Aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal nas rodovias federais que atravessam a região Sul do Estado. (Proposta: AP Poços de Caldas)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Minas Gerais.

248. Aumento do número de defensores públicos na Comarca de Poços de Caldas. (Proposta: AP Poços de Caldas)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais.
249. Recomposição do efetivo da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, especialmente na 13ª Delegacia, no Município de Poços de Caldas. (Proposta: AP Poços de Caldas)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Ministério da Justiça.
250. Aumento de recursos humanos para o 18º DPC, em especial delegados e escrivães. (Proposta: AP Poços de Caldas)
251. Estabelecimento de unidade da Polícia Federal na região Sul do Estado. (Proposta: AP Poços de Caldas)
252. Construção, no Município de Lavras, de presídio, com destinação de espaços para os familiares que visitam seus parentes, e de centro de atendimento/internação para adolescentes autores de atos infracionais. (Proposta: AP Lavras)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício à Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
253. Ampliação do efetivo policial na 6ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp –, especialmente da Polícia Civil, e construção da sede da 6ª Risp. (Proposta: AP Lavras)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício à Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
254. Previsão de recursos para os Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Conseps –, por meio de propostas de modificação no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG. (Proposta: AP Lavras)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício à Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
255. Aumento do número de delegacias da Polícia Civil na região Sul de Minas Gerais. (Proposta: AP Lavras)
256. Estabelecimento de convênio entre a Ferrovia Centro Atlântica – FCA – e o Município de Lavras para promover a recuperação e a preservação do patrimônio histórico ferroviário do Município, que está abandonado e tem se constituído local propício ao cometimento de delitos. (Proposta: AP Lavras)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício à Ferrovia Centro Atlântica – FCA.
257. Implantação de unidade da Polícia Federal e aumento do efetivo da corporação no Município de Lavras. (Proposta: AP Lavras)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício à Superintendência da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais.
258. Aumento do número de defensores públicos na região Sul de Minas Gerais. (Proposta: AP Lavras)

259. Aumento do efetivo policial da Polícia Rodoviária Federal para prestar serviços nas rodovias federais que atravessam a região Sul do Estado de Minas Gerais (Proposta: AP Lavras)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Minas Gerais.
260. Construção, no Município de Betim, de centro socioeducativo para o acautelamento de jovens em conflito com a lei. (Proposta: AP Betim)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício à Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
261. Elaboração de plano de segurança pública específico para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Proposta: AP Betim)
262. Aumento do número de servidores e melhoria da infraestrutura do Poder Judiciário do Município de Betim. (Proposta: AP Betim)
263. Construção de centro de internação para adolescentes em conflito com a lei no Município de Betim. (Proposta: AP Betim)
264. Instalação de delegacia especializada de tóxicos e entorpecentes em Betim. (Proposta: AP Betim)
265. Criação de fórum permanente para discutir a segurança pública na Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Proposta: AP Betim)
266. Aumento do número de defensores públicos na comarca de Betim (Proposta: AP Betim)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais.
267. Melhoria das unidades prisionais existentes, garantia do respeito à capacidade máxima das unidades, implantação de políticas de assistência social, transformação do entorno das unidades prisionais já instaladas em distritos industriais e proibição da instalação de novas unidades nos Municípios de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas. (Proposta: AP Betim)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.
268. Implantação de novas varas criminais e varas especializadas para atender a criança e o adolescente no Município de Betim. (Proposta: AP Betim)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
269. Aumento do efetivo de agentes de polícia e delegados que atuam na comarca de Betim. (Proposta: AP Betim)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
270. Implantação de delegacia seccional no Município de Igarapé. (Proposta: AP Betim)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

271. Implantação de delegacia com funcionamento 24 horas no Bairro Teresópolis e de Delegacia Especializada de Orientação e Proteção da Criança e do Adolescente, com atendimento jurídico, assistencial e psicológico. (Proposta: AP Betim)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
272. Recomposição do efetivo da Polícia Rodoviária Federal no Estado, especialmente no Posto 3 da BR-381, no Município de Betim. (Proposta: AP Betim)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício ao Ministério da Justiça.
273. Implantação de posto avançado da Polícia Federal no Município de Betim. (Proposta: AP Betim)
Encaminhamento aprovado na Audiência Pública: ofício à Superintendência da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais.